

INFORMATIVO VOZ DA TERRA

Edição Especial 48ª Romaria da Terra - CPT/RS - jan/2026

Salve a 48ª Romaria da Terra! Santuário do Caaró, 17-02-2026

A equipe ampliada na preparação da 48ª Romaria da Terra, escolheu como Tema: 400 anos de evangelização missionária: Terra sem males e ecologia integral e o lema: “Eu vi um novo céu e uma nova terra”.

O que representam os 400 anos para o povo Guarani e para todos nós? Celebramos em 2026 quatrocentos anos da entrada dos Jesuítas no Rio Grande do Sul, no Passo do Padre, em São Nicolau, em 1626. Os Santos Mártires das Missões, São Roque, Santo Afonso de Rodriguez e São João de Castilhos, foram canonizados em 1988 pelo Papa João Paulo II, em Assuncion, Paraguai. O martírio aconteceu em 1628, os dois primeiros em Caibaté, local do atual santuário do Caaró e paróquia todos os Santos. São João de Castilho foi martirizado em Assunção do Ijuí, Santuário.

Hoje existem diversas compreensões e interpretações sobre a presença e o trabalho dos Jesuítas com o povo guarani. É necessário passar para a atual geração o verdadeiro sentido e o olhar das reduções Jesuítico-guarani. Os Jesuítas e o povo guarani propuseram um modo de vida comunitário com alimento em abundância, sem passar fome. “As reduções são o resultado de negociações e não de submissão dos guaranis aos jesuítas pelo uso da força. Esses indígenas nunca foram escravizados pelos padres” (Sérgio Venturine, Encontro de dois sonhos, pg. 40)

Não podemos esquecer o enfoque principal: Uma terra sem males, o bem viver, amor, respeito para com os que habitam esta terra antes da chegada dos europeus. A espiritualidade vai no sentido de que a terra é espaço sagrado. O sonho do povo Guarani: que a terra é sem males e significa para o Guarani o paraíso terrestre. Viver em harmonia com a natureza, viver num estado de perfeição. Conforme Sérgio Venturine “para o cacique Hilário Acosta, da aldeia Takuapi, de Misiones, Argentina, a Terra sem males é uma constante viagem em busca da perfeição, algo muito difícil como no tempo dos antepassados, pois já não existe mais selva para nela viver em harmonia, afastado da influência dos brancos que não entende o modo de viver do Guarani” (Encontro de Dois Sonhos – Utopia e Terra Sem Mal, pg 37-38). A meta mais íntima do guarani ao caminhar pela vida nesta terra é alcançar a harmonia absoluta, o estado pessoal de perfeição.

48ª ROMARIA DA TERRA

17/02/2026
Santuário do Caaró
Caibaté - RS



400 anos de Evangelização Missionária:
Terra Sem Males e Ecologia Integral.

“Eu vi um novo Céu e uma nova Terra.” (Ap 21,1)



A Romaria da Terra é um momento importante na caminhada da Igreja no Rio Grande do Sul e para refletir sobre nossa atual missão no cultivo e uso da terra, que seja para o bem viver respeitando o que esta representa para nós.

Certamente não nos compete apenas fazer constatações, denúncias etc., mas mostrar o que fazemos na prática para ajudar na conscientização sobre um outro jeito de cultivar a terra. Uma das propostas é continuar e aperfeiçoar a agricultura familiar que se faz presente em muitos eventos que acontecem no Rio Grande do Sul. Alimento saudável.

A ecologia integral é necessária porque tudo está inter-ligado. Tudo é importante e necessário. Não há como ignorar todas as coisas criadas, isto é, o ser humano, a flora e a fauna. A vida humana, a saúde e o bem estar em geral depende do cuidado com a casa comum. Ou mudamos, convertendo-nos com nossas atitudes individuais e coletivas ou provocaremos um colapso planetário.

Na celebração dos 400 anos precisamos retomar o nosso compromisso com a vida, usando os bens deste mundo, da criação que vise o respeito total ao meio ambiente para o equilíbrio da natureza. Ou assumimos ou nos auto-destruiremos.

Dom Liro Vendelino Meurer,
Bispo Diocese de Santo Ângelo

400 anos de Missões Jesuítico-Guarani: momento de festa ou reflexão?

Irmão Celso João Schneider, SJ

Sou da opinião que devemos deixar de lado os festejos triunfalistas e que as ações turísticas fiquem num segundo plano. Julgo ser um momento de destacar os valores vivenciados durante os cento e sessenta anos (1626-1768) de convívio entre os Guarani e Jesuítas. A frase do saudoso bispo angelopolitano, Dom Estanislau Kreutz, nos lança uma luz sobre a epopeia missionária: “Mais importante do que admirar e venerar as pedras e as ruínas que sobraram, é perguntar-nos o que esta experiência cristã-comunitária de cento e sessenta anos tem a ensinar para a nossa sociedade”?

Foto: Pe. Anderson - Santuário de Caaró



Portanto, vejamos alguns aspectos que podem iluminar o nosso caminho em busca da Terra Sem-Males:

1) O primeiro ponto refere-se ao espírito coletivo do Guarani. O Presidente da OCERGS por vários anos, Vergílio Perius, na sua obra *A Origem do Cooperativismo* (2020) afirma: “A forma reducional Tupambaé protegia os indígenas em relação aos ataques provocados pelos bandeirantes e os caciques, bem logo entenderam o que seria necessário para proteção das famílias e houve, outrossim, produção de alimentos para as viúvas, deficientes físicos, crianças e inválidos.” E segue: “O mais importante que nesta pesquisa que ora divulgo é a confirmação que o berço ou origem do cooperativismo deu-se em terras da América Latina, nas reduções Guarani”. Nessa convivência entre Guarani

e Jesuítas imperava o seguinte princípio: A cada um conforme suas necessidades; e de cada um conforme suas capacidades.

2) Ao falar da vivência do dia a dia nas reduções, a Profa. Dra. Claudete Boff (2018), assim se expressa: “O que me encanta nesta história é o tipo de sociedade que foi desenvolvida ali. Há posições a favor e contrárias à experiência. Quando se houve dizer que foi um massacre, que impuseram uma cultura diferente aos indígenas, acho que houve, sim, imposição. Por outro lado, é preciso situar-se na época, no pensamento da época. Os indígenas não tinham muita escolha entre sua vida nas selvas ou nas Reduções uma vez que sofriam a caça dos encomendeiros que os usavam como mão-de-obra escrava em suas lavouras. Dentro da Redução, ele estava protegido de servir como escravo numa fazenda...

Em muitas coisas os Jesuítas fecharam os olhos para cultura ancestral, mas em outras aderiram à cultura indígena”. E conclui: “O que eu acho interessante ressaltar é como esta mescla e entrosamento de culturas, foi capaz de construir verdadeiros centros econômicos, templos maravilhosos, casas de pedra. Enfim, quando se visita estes sítios arqueológicos e se vê estas igrejas, os museus e as imagens, se fica extasiado”.

Sintetizando podemos dizer, houve e ainda há polêmicas históricas sobre a experiência missionária, mas do ponto de vista arquitetônico e cultural existe unanimidade. Termino perguntando: O que depois de 400 anos desta experiência missionária, a sociedade como um todo, realizou de mais efetivo em relação às populações originárias?

Mística das Romarias da Terra e a evangelização nas Reduções Jesuíticas do RS

Frei Wilson Dallagnol
Colegiada da CPT-RS

É evidente que a questão da evangelização no RS vem marcada de nuances e narrativas controversas. Ao chegarmos à 48ª edição da Romaria da Terra no RS, nos debruçamos com esta controversa realidade. De um lado, os povos indígenas presentes na Região dos Sete Povos, com a presença dos missionários jesuítas. Do outro lado, os interesses colonialistas dos espanhóis e portugueses que vinham em busca de divisas e matéria prima para o comércio.

Ao celebrar os 222 anos do martírio de São Sepé Tiaraju, a CPT-RS iniciou as Romarias da Terra. E inicia exatamente com a questão indígena, tomando a memória de Sepé Tiaraju, como a memória do martírio dos povos indígenas. É claro e evidente, o ponto de partida e a ótica é a partir dos povos oprimidos. Trata-se de um posicionamento eminentemente do Evangelho. Assim é o relatório na decisão tomada para realizar a Romaria da Terra: “Ultimar uma mobilização que a Assembleia decidiu fazer no dia de São Sepé Tiaraju, em São Gabriel, em homenagem a esse nosso Santo da Terra. A temática será: “Terra” e a data é a terça-feira de Carnaval, dia da morte de Sepé. O Irmão Antônio Cechin ficou encarregado de pesquisar e as lideranças de São Gabriel da possibilidade de prepararem a região” (Relatório do Encontro da CPT/RS – 15 a 18 /08/78). É a necessidade de sermos fiéis à história e a mística inicial da intuição da Romaria da Terra.

A evangelização no Sul do Brasil tem uma história que remonta à chegada dos missionários jesuítas no século XVII, com a fundação das missões guaranis, que são um marco histórico importante. Os 500 anos de evangelização na América Latina, comemorados em 1992, também abrangem o Sul do país. Mas, é no século XVII, que os jesuítas foram responsáveis pela fundação de importantes reduções e missões entre os povos guaranis, no que é hoje o Rio Grande do Sul. Trata-se de um dos marcos históricos mais emblemáticos da região. Em 2026, marcará os 400 anos das Missões Jesuíticas Guaranis, comemorações que se iniciarão em 2026 para celebrar esse marco histórico e cultural.

Para alguns historiadores mais críticos, a evangelização no Brasil é um tema controverso, com relatos de exploração e violência, além de evangelização de forma mais pacífica. A diversidade religiosa no sul do Brasil é resultado da evangelização católica e protestante ao longo dos séculos.

A mística da Romaria da Terra está permeada de celebração religiosa que une fé e luta social pela terra, água e floresta, reinterpretando a fé cristã a partir das experiências dos camponeses e oprimidos. Ela resgata a narrativa bíblica do Êxodo, vendo o povo que caminha para uma terra prometida de liberdade e justiça, e usa a espiritualidade para motivar a ação pela reforma agrária, direitos sociais e cuidado com o meio ambiente.

Foto: 34 RT, Candiota. Arq. CPTRS



Vejamos os elementos centrais desta mística:

1º) Luta e espiritualidade: A mística entrelaça a fé e a política, vendo a conquista da terra e a utopia do Reino de Deus como um mesmo processo. A terra é vista como sagrada, pertencente a Deus e ao povo.

2º) Narrativa do Êxodo: A caminhada da Romaria é interpretada como uma saída do cativeiro para uma terra prometida, e os participantes se veem como o povo que busca a libertação.

3º) Terra como dom e direito: A terra é um dom de Deus, mas é dilapidada pelos interesses colonialistas e capitalistas, sendo a Romaria uma forma de lutar pelo seu uso justo e sustentável.

4º) Caminhar e caminhar juntos: A mística do caminhar juntos simboliza a união dos romeiros em um objetivo comum, fortalecendo o sentimento de irmandade e a esperança de mudança.

5º) Memória e resistência: As romarias também resgatam a memória de lutas passadas, como as dos governos ditatoriais militares, e servem como espaço de resistência e conscientização.

6º) Cuidado com a casa comum: Recentemente, a mística tem incorporado a mensagem de “reconstruir e cuidar da casa comum”, especialmente em regiões atingidas por tragédias climáticas.

Todo romeiro/a da terra tem “partido”, tem lado. Sejamos povos de diversas etnias, indígenas originários, imigrantes, que viemos do “além-mar”, portugueses e espanhóis, inicialmente, depois das recentes imigrações, todos fazemos parte de um único Povo de Deus. E nossa história precisa ser marcada pelo “pedido de perdão” pela opressão, pela conversão contínua de nossas atitudes discriminatórias.

Somos desafiados a conviver harmoniosamente, braços dados e olhar no horizonte, em busca da utopia do Reino. Esta terra é de todos os povos, raças e línguas. Somos “moradores” de uma única Casa Comum. Todos temos direitos a “terra, teto e trabalho”.

“O amor aos pobres é a garantia evangélica de uma Igreja fiel ao coração de Deus. Toda a renovação eclesial sempre teve entre as suas prioridades esta atenção preferencial pelos pobres” (Papa Leão XIV, Dilexi Te, nº 103).

Sepé e Francisco em uma roda de Mate:

Reflexões sobre a relação entre a ecologia integral, saberes guaranis e os desafios para a nossa e as futuras gerações.

Frei Sérgio Antônio Görgen OFM

Andrei Thomaz Oss-Emer

Marcos Antonio Corbari

Ritual dos povos Mybia Guarani na 45 Romaria da Terra, Eldorado do Sul, 2023. Foto arquivo CPTRS.

Comecemos com uma imagem hipotética: Francisco chega ao céu e encontra na porta Sepé, o esperando com a cuia e a erva recém cevada. Sentam juntos em frente ao fogo e conversam longamente, como se fossem velhos conhecidos. Um relembra do modo de vida do seu tempo e da busca pelo bem-viver, quando padres e indígenas caminhavam juntos na construção de uma modelo social utópico. O outro vê as relações que partem desta lembrança histórica e fundamentam a sua leitura de futuro para a humanidade a partir do exercício concreto da ecologia integral. Agora podemos iniciar a reflexão:

A crise ambiental contemporânea exige mais do que tecnologia ou regulações setoriais: pede uma mudança profunda nos modos de ver o mundo, nos vínculos entre humanos e com a Terra, e na ordenação das prioridades sociais. É nesse horizonte que a proposta da ecologia integral, tal como formulada pelo Papa Francisco, aponta um caminho fecundo — e que encontra eco surpreendente e necessário nas tradições espirituais e nos modos de vida do povo Guarani. Entrelaçar essas matrizes — a reflexão teológica e filosófica da ecologia integral e os saberes indígenas — não é apenas exercício hermenêutico, é um gesto político e epistemológico que desafia as hegemonias técnicas, econômicas e ontológicas que nos conduziram às crises atuais.

Na leitura franciscana da crise, a criação não é um “recurso” neutro,



mas um dom relacional, nela tudo está interligado. A ecologia integral propõe olhar simultaneamente para as dimensões ambientais, sociais, econômicas e espirituais das dificuldades contemporâneas — reconhecendo que a degradação ambiental costuma recair de modo desproporcional sobre os pobres e marginalizados. Esta perspectiva reclama uma ética do cuidado que supera a fragmentação disciplinar e a lógica puramente instrumental do mundo natural.

Aplicada ao contexto latino-americano, essa visão aproxima-se de práticas que já existem há séculos entre povos originários. São formas de convivência com territórios entendidos como sujeitos de relações, rituais que mantêm equilíbrio e reciprocidade, e modos de produção que priorizam o coletivo sobre o lucro imediato.

Os povos Guarani, de modo destacado, guardam cosmologias e práticas sociais nas quais o território, os elementos naturais e os

ancestrais compõem uma teia viva. Em suas tradições, plantar, caçar, rezar e celebrar são atividades inseparáveis — não apenas técnicas, mas atos de manutenção do mundo. O cuidado com os espaços rituais, a circulação de alimentos e a partilha nas festas comunitárias constroem e reproduzem laços sociais que funcionam como tessitura moral e ecológica.

Esse modo de vida oferece à ecologia integral um exemplo prático de como a espiritualidade orienta decisões sobre uso do solo, manejo de recursos e relações intergeracionais. Onde a modernidade vê propriedade e exploração, a tradição guarani vê responsabilidade relacional — um parâmetro valioso para repensar políticas públicas, planos territoriais e práticas de preservação ambiental.

A convivência entre jesuítas e Guaranis nas reduções — as chamadas Missões Jesuíticas — costuma ser lida com ambivalência. Há análises que destacam o caráter

assimilacionista e as pressões civis e religiosas; há também interpretações que ressaltam os efeitos sociais inovadores dessas comunidades: formas de organização coletiva, partilha de bens e trabalho comunitário que lembram, em determinados aspectos, um “modelo” de propriedade coletiva e solidariedade, uma espécie de “comunismo guarani e cristão”.

Foi nesse sentido que pensadores europeus chegaram a celebrar as reduções como um sinal de outra possibilidade social: Voltaire teria afirmado que as reduções jesuíticas dos séculos 16, 17 e 18 foram o triunfo da Humanidade, enquanto Montesquieu comparou-as ao sistema político-filosófico imaginado por Platão, em *A república*, e Hegel salientou a evolução humana a partir de uma utopia fundada na fraternidade entre os diferentes

Ligar essa memória histórica à ecologia integral ajuda a iluminar como projetos de convivência que tensionam a lógica do lucro imediato podem surgir em contextos coloniais e missionários — e, ao mesmo tempo, lembranos os riscos: a instrumentalização política das experiências indígenas, a perda de autodeterminação e as violências que acompanharam esses encontros.

Textos de estudiosos e ativistas que dialogam com as lutas indígenas e os estudos sobre religião e sociedade nos ajudam a tematizar dois vetores essenciais: Primeiro, o reconhecimento epistemológico: os saberes indígenas não são meras tradições folclóricas, mas sistemas de conhecimento práticos e teóricos que explicam relações de causa e efeito no território. Segundo, a dimensão política: reivindicações por terra, reconhecimento cultural e justiça ambiental são inseparáveis



Foto: Arquivo Pe. Josimo e CPTRS

nas lutas guarani — e qualquer aproximação acadêmica ou pastoral deve respeitar a autodeterminação desses povos.

A ecologia integral de Francisco oferece, aqui, uma plataforma ética e política que pode ser aliada das lutas indígenas — desde que assentada no respeito, na escuta e na reparação histórica. Isso significa evitar apropriações simbólicas e garantir que as políticas ambientais não reproduzam novas formas de expropriação.

Do ponto de vista prático, o entrelaçamento entre ecologia integral e modos de vida guarani aponta para medidas que combinam justiça social e conservação ecológica: reconhecimento efetivo de territórios originários; apoio a práticas agroecológicas tradicionais; incorporação de guardiões do território em planos de manejo; e financiamento de projetos comunitários que priorizem reprodução social e manutenção de rituais e línguas.

Mais do que políticas técnicas, trata-se de uma mudança de paradigma: abandonar o antropocentrismo utilitarista por uma ética relacional que vê humanos como parte de uma casa comum. Nesse horizonte,

as tradições guaranis dialogam fortemente com a filosofia do Bem-viver, que valoriza a harmonia com a natureza, a vida comunitária e a reciprocidade como princípios fundamentais de convivência.

Assim, se a experiência das Missões Jesuíticas nos lembra a complexidade dos encontros culturais — possíveis outras formas de organização, mas também tensões e ambivalências —, o Bem-viver guarani e a ecologia integral nos apontam para um futuro em que solidariedade, justiça e cuidado da Terra se tornem princípios de civilização. Nesse caminho, é possível imaginar um encontro entre os ideais de Sepé Tiaraju, herói da resistência guarani, mártir e servo de Deus para a religião católica, e os sonhos de Mário Bergoglio, o padre jesuíta que viria a se tornar o saudoso Papa Francisco: sentados em volta do fogo, passando a cuia de mate entre um dedo de prosa e outro, ambos pedem por uma humanidade reconciliada com a criação, justa em suas relações sociais e fiel à promessa de uma vida plena para todos, onde cada homem, mulher e criança tenha direito sagrado e inalienável a Terra, Teto e Trabalho.

Referências indicadas (para aprofundamento): Andrei Thomaz Oss-Emer; Clóvis Lugon; Alcy Cheuiche; Irmão Antonio Cechin; Papa Francisco; Frei Sérgio Antônio Götgen, Leonardo Boff, Laura Greenhalgh.

POVO GUARANI E SUA INCANSÁVEL LUTA PELA TERRA

Roberto Liebgott e Ivan Cesar Cima
Cimi Regional Sul

Fonte: Site CIMI 2026- <https://cimi.org.br>



A desterritorialização impactou profundamente os povos indígenas no Brasil, mas, sobretudo, no Rio Grande do Sul ela se deu de modo denso, desumano e cruel desde os primeiros dias da chegada dos colonizadores (em 1500).

O Papa Paulo III, no ano de 1537, editou a Bula Papal Sublime Deus, através da qual declara que os indígenas possuíam alma, portanto não deveriam ser escravizados, ao contrário, precisariam da catequese para conhecerem o verdadeiro Deus.

O Papa, à época, buscou humanizar aqueles que eram vistos como “selvagens” e na expectativa de concretizar essa mensagem, a Igreja enviou missionários às chamadas “terras recém descobertas”.

Ao território que hoje corresponde ao Rio Grande do Sul, foram enviados os Jesuítas, que, ao longo das décadas, fundaram os Sete Povos das Missões. E uma das primeiras e mais importantes reduções missionárias foi a de São Nicolau, criada em 1626. Poucos anos depois, em 1632, foi fundada a redução de São Miguel Arcanjo. Em 1687, São Miguel foi redimensionada e reconstruída no local onde hoje se encontram as ruínas históricas.

A terceira redução missionária foi a de São Francisco de Borja, fundada em 1682. Essa redução deu origem à colônia de Santo Tomé, que mais tarde se desprendeu para fundar a cidade de São Borja, em 1687 a redução de São Francisco de Borja passou oficialmente a integrar o conjunto dos Sete Povos das Missões. Por esse motivo, é correto afirmar que São Borja é considerada a primeira das Reduções que compõem os Sete Povos.

A quarta redução missionária foi a de São Luiz Gonzaga, fundada em 1687. Três anos depois, em 1690, foi criada a quinta redução, dedicada a São Lourenço Mártir. Esta última recebeu parte significativa da população proveniente da redução argentina de Santa Maria, a Maior, fortalecendo seu crescimento e importância na região.

A sexta redução missionária foi a de São João Batista, fundada em 1697 pelo Padre Antônio Sepp. Homem de múltiplos talentos, Sepp se destacava por suas habilidades artísticas, que incluíam música, pintura, arquitetura e escultura. Além de artista, era também geólogo e minerador, sendo reconhecido como o pioneiro na fundição de ferro no sul do Brasil.

A sétima redução foi a de Santo Ângelo Custódio (1706), sendo a última do ciclo missionário. Ela acabou sendo destruída durante a Guerra Guaranítica. A atual Igreja Matriz foi construída sobre as ruínas da igreja original, seguindo o modelo arquitetônico da Igreja de São Miguel das Missões.

Em 7 de fevereiro de 1756, na luta pela defesa do território dos Sete Povos, Sepé Tiaraju foi assassinado na Sanga da Bica - onde atualmente é o município de São Gabriel - por soldados da Espanha e de Portugal. Três dias depois, em 10 de fevereiro, os exércitos invasores massacram os guerreiros guarani na Batalha de Caibaté.

A desterritorialização, portanto, insere-se nesse contexto histórico, que se agravou e se ampliou com o avanço dos bandeirantes, dos bugreiros e com o incentivo à colonização, concretizada pelo Estado através da entrega das terras - aquelas que sobraram das sesmarias e dos latifúndios - aos imigrantes europeus.

O Rio Grande do Sul foi, historicamente, o berço de práticas genocidas: degradadores, desmatadores, caçadores, devastadores e exterminadores dos habitantes originários do Brasil.

Não houve contenção a essas ações, nem pelas leis, nem pelas lutas contínuas de resistência ao esbulho e à violência sistemática. Nem mesmo com o advento da Constituição Federal de 1988 se garantiu plenamente aos povos indígenas o direito aos seus territórios.

Hoje, 400 anos após a chegada dos jesuítas, os povos sobrevivem nas sobras e restos de terras, buscando alcançar espaços onde possam viver o sonho da Terra Sem Mal. As retomadas de terras foram e continuam sendo sopros de resistência, que devolvem aos povos o vigor e o ardor para seguir construindo caminhos de vida, nas diversidades e adversidades.

No Rio Grande do Sul, nos últimos anos, ocorreram inúmeras e importantes retomadas de terras pelos povos indígenas. Essas ações se estendem por regiões que abrangem campos, serras, pampa e cidades. Nesses espaços, as famílias alimentam a esperança de viver em um ambiente de paz e tranquilidade, e reivindicam, junto ao governo federal, a demarcação de suas terras, direito garantido pela Constituição Federal, expresso no seu artigo 231.

Ao retomarem uma terra, os povos indígenas se conectam com seus antepassados, aqueles que habitaram os lugares e regiões onde a terra aguarda por suas chegadas. Esse movimento de vida é propiciado através dos sonhos e das memórias, guiando-os de volta para casa.

As retomadas de terras demonstram o contínuo caminhar dos povos na busca por seus lugares de ser e viver, conectados aos ancestrais, aos espíritos e às esperanças de reconstruir o futuro.

Retomar a terra é um ato de coragem e de compromisso com a vida e com os direitos fundamentais, tão maltratados pelas autoridades públicas. É um ato de justiça, para recompor o que foi tirado; um ato de amor pelos filhos e netos, que precisam de um lugar para gestar os sonhos; e um ato de pertencimento àqueles que foram expulsos e mortos pelos colonizadores e escravagistas.

Os povos - Kaingang, Xokleng, Mbya Guarani, Charrua, entre outros -, ao retomarem seus lugares antigos, não buscam confrontar pessoas ou instituições. Eles denunciam as injustiças e reforçam a perspectiva de direito às diferenças e de viverem seguros em seus espaços sagrados, os que ainda restam em meio ao caos da destruição e da ambição.

Para o povo Guarani, a terra não é apenas um espaço físico, mas um lugar de conexão espiritual e de reencontro com o sagrado. É no território tradicional - Tekoa - que os Guarani exercem sua religiosidade,

Foto: arquivo CPTRS - distribuição sementes crioulas.



realizam seus rituais e celebram a vida em harmonia com o cosmos. A retomada da terra, portanto, não se limita a recuperar o espaço para plantar, morar ou viver: é um ato de reconexão com os ancestrais e com o próprio Ñhanderu (Deus). Sem o território, a espiritualidade Guarani se fragiliza, pois é nele que se encontram as fontes de água, as matas e os lugares de reza que mantêm viva a busca pela Terra Sem Mal. A presença no território sagrado é, assim, condição essencial para que o povo Guarani siga sendo quem é, mantendo sua identidade, sua cultura e sua relação com o Criador.

Marcia Kambeba, em suas falas e reflexões, reforça: "Retomar não é apenas voltar. É recordar-se! Na caminhada de retorno espiritual, os passos não são apenas físicos: são ecos da alma que se orientam pela memória. Na cosmovisão ancestral aprendemos que tudo está vivo e se comunica: as árvores, os rios, o vento, a palavra. Nesse tecido sagrado, a oralidade não é só narrar; ela se torna um rito. É através dela que a memória respira e que a identidade se refaz. No meu entendimento, a RETOMADA é também um gesto de escuta: escutar o que foi silenciado, escutar quem veio antes, escutar o que ainda vive em nós. Retornar é semear o que foi interrompido e permitir que o espírito reconheça novamente o seu lugar no grande círculo da vida."

Marcia Kambeba expressa os sentidos e sentimentos dos povos que retomam suas terras, mesmo em contextos urbanizados, nas cidades e nos campos. É o retorno ao convívio das almas que passaram, ao lugar onde os umbigos foram enterrados. É voltar a ser gente, com esperança renovada.

Atualmente, no Rio Grande do Sul, são cerca de 150 comunidades indígenas, distribuídas em diferentes regiões do estado, englobando os povos Kaingang, Mbya Guarani, Charrua e Xokleng. São mais de 40 mil pessoas vivendo em terras demarcadas, reservas, áreas de retomadas e em contextos urbanos, enfrentando diariamente os desafios da luta pelo território, pela preservação cultural e pelo acesso aos direitos fundamentais. Essa presença expressiva demonstra que, apesar da violência histórica e da desterritorialização, os povos indígenas permanecem vivos, organizados e mobilizados, reafirmando seus direitos de existirem e de manterem seus modos próprios de vida.

São nesses e em outros movimentos de luta e resistência que devemos nos engajar, apoiar e fortalecer, criando raízes que se enterram tão profundamente que jamais poderão ser arrancadas, mesmo que cortem os galhos e troncos. Assim, construiremos um outro mundo possível, cheio de bons sentimentos, significados e energias, abraçando-nos pelo Bem Viver.

Nosso esperançar está no Feminismo Camponês Popular

Lisiane Cunha
Coordenação Regional do MMC Missões

Foto: Maria Grissi

Há 42 anos que o Movimento de Mulheres Camponesas, organiza a luta e a resistência das mulheres do campo, das florestas, das águas em que afirmamos “existimos porque lutamos”. A região das Missões faz parte desta história que nasceu na década de 1980, em que mulheres agricultoras ousaram e romperam com o preconceito se organizando no movimento autônomo e nos sindicatos, na luta pela democratização do Estado brasileiro, pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, o acesso a documentação, o direito a aposentadoria, auxílio maternidade e pela criação do Sistema Único de Saúde – SUS.

Em 2004, no I Congresso Nacional se unifica a luta dos movimentos autônomos de mulheres do campo, das florestas e das águas, momento histórico que afirma a construção de Projeto Feminista Camponês Popular para o Brasil. O que é feminismo camponês popular? Feminista porque defende a equidade entre homens e mulheres, e o respeito a diversidade, a dignidade da pessoa humana e a justiça socioambiental. Camponês devido as raízes históricas das lutas das Ligas Camponesas pela reforma agrária, pelo fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia. Popular, porque defende a democracia, os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, com a participação efetiva das mulheres nos espaços de representação política.

E como as ações do MMC dialogam com a ecologia integral? Na organização coletiva das mulheres no enfrentamento a violência, da pobreza e na luta por direitos que hoje estão tão ameaçados devido a consolidação do Estado mínimo imposto pelo neoliberalismo. Outras ações são através dos quintais produtivos agroecológicos, preservando as sementes crioulas, agroflorestas, conservação das plantas biativas, medicinais, aromáticas e produção de alimentos saudáveis.

Na região das Missões, o MMC tem sede em Salvador das Missões e reúne militantes do município sede, Mato Queimado, Cerro Largo e São Pedro do Butiá, desenvolve várias ações: Plantando Saúde que aborda alimentação saudável, os riscos dos agrotóxicos, troca de receitas, processamento de



frutas; Projeto Guardiãs do Butiá yatai que distribui mudas da palmeira para repovoamento e conservação, oficinas de artesanato, gastronomia, processamento da polpa, viagens de estudos, intercâmbios, legislação; Sementes da resistência, integra o coletivo de entidades no território que promove os Encontros da Agrobiodiversidade Missionária deste ano de 2015; Farmacinha de fitoterápicos nas comunidades, com formação sobre plantas medicinais e bioativas, produção de pomadas, xaropes, tinturas e elixires; Fortalecimento dos quintais produtivos agroecológicos articulando a criação e a implementação de políticas públicas do governo federal para estruturação dos quintais produtivos das mulheres, como kits de captação de água da chuva, estufas, viveiros, moticultuvadores, formação e acompanhamento; Vigilância na luta por direitos, direitos à segurança social, educação, moradia, saúde pública de qualidade, acesso à água, a terra e o direito de uma vida sem violência.

Em 2025, o MMC realizou seu II Congresso Nacional em Brasília/DF, de 13 a 15 de outubro, para avaliar sua caminhada, seus princípios, atualizar suas bandeiras e fortalecer a luta em defesa da vida, todos os dias!

Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais no RS

Claudete Druzian e Lérida Pavanelo
Coord. Mulheres da Regional Sindical Missões II

As mulheres agricultoras ao longo de suas vidas, viveram no anonimato e na invisibilidade. Foi o querer das mulheres, ainda na década de 70, com o apoio da igreja católica, cooperativas, Emater, dirigentes sindicais e universidades, que as agricultoras iniciaram uma caminhada, com o surgimento de lideranças femininas, as quais procuravam reivindicar seus direitos como trabalhadoras rurais. Até esse momento as agricultoras eram tratadas como domésticas ou do lar, sendo ignorado completamente a vida difícil encarada por elas nas propriedades rurais.

No início, a organização era independente, aos poucos foi se espalhando dentro dos sindicatos de trabalhadores rurais, mais específico na Regional Ijuí, depois se somando, Passo Fundo e Caxias do Sul. A partir daí se incorporou em todos os Sindicatos a organização de mulheres. No ano de 1985 a organização já surpreendia, pelo tanto de mulheres que eram mobilizadas. A partir do assassinato de Margarida Alves em 1983, despertou nas gaúchas a força da luta o que só aumentava o número das que se engajavam na caminhada.

O primeiro encontro de mulheres e diretores de sindicatos foi em fevereiro de 1985, no município de Ijuí, para tratar das mobilizações e comemorações do dia 8 de março, que foi incorporado na agenda do movimento sindical. O objetivo dos encontros de 8 de março era promover discussões municipais e tratar dos assuntos específicos das mulheres trabalhadoras rurais, tomada a decisão que no mês de outubro daquele ano se realizaria em Porto Alegre um grande encontro

Foto: Claudete Druzian



estadual. Na ocasião foi criada a Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, que de imediato inicia mobilizações e ações em prol da Previdência Social, como abaixo assinado e outras ações que em 1988 na Constituição Federal Cidadã, resultou o grande avanço para nós mulheres, que foi o reconhecimento da profissão e as demais conquistas previdenciárias. O querer incansável das pioneiras, aguerridas e valorosas companheiras que desde aquele tempo lutavam contra o machismo, preconceito e invisibilidade, nos permitem hoje estarmos em todos os espaços do movimento sindical, contribuindo no quadro social dos nossos sindicatos, bem como em toda a sociedade.

Este ano (2025) completamos os 40 anos da Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetag/RS, com muitas conquistas, mas ainda visualizando muitas bandeiras de luta, como por exemplo, a violência de gênero e as mudanças climáticas, por mais que a sociedade discuta e se impõe

diante de relevantes temas ainda há retrocesso.

Na regional Missões II que abrange 11 municípios, o Projeto Arte de Criar e Recriar no Movimento Sindical, já faz diferença nas ações de base com grupos de mulheres trabalhadoras rurais. Criado em 2016, promove ações de desenvolvimento sustentável e solidário, visando entender seu modo de vida, inserção no movimento sindical e na geração de renda para as famílias. Em que realiza-se mapeamentos dos elementos importantes sobre o modo de vida e trabalho das mulheres do campo, dificuldade de convívio social, ações de segurança e soberania alimentar nas propriedades, encontros periódicos de grupos nas comunidades, fazem parte das metas traçadas desenvolvidas. Hoje o projeto conta com 29 grupos, distribuídos na Regional, participando de intercâmbios com as comissões de mulheres de outras regionais sindicais.

Rede Ecovida: alimento, política e diversidade no campo

Foto: arquivo Ecovida



A Rede Ecovida de Agroecologia é uma das maiores articulações de agricultores e agricultoras familiares da América Latina. Presente nos três estados do Sul do Brasil e no sul de São Paulo, a Rede é formada por 34 núcleos regionais que reúnem centenas de grupos e cooperativas, articulando produção, consumo, preservação ambiental e respeito aos diferentes saberes da terra.

Entre esses núcleos, o Núcleo Missões se destaca pela grande diversidade de produção. São frutas, hortaliças, cereais, leite e derivados, mel, sementes crioulas e ervas medicinais, vindos de mais de 50 agricultores e agricultoras certificados(as) pelo Sistema Participativo de Garantia. Essa diversidade não é apenas econômica: ela expressa a força cultural, social e histórica de comunidades que mantêm viva a relação com a terra e com a biodiversidade local.

O alimento orgânico, nesse contexto, ultrapassa a dimensão nutricional. É também um ato político. Cada feira, cada cesta e cada prato de comida carregam a escolha por um modelo de desenvolvimento que valoriza a saúde, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente. Ao defender a agroecologia, os agricultores

e agricultoras da Rede Ecovida afirmam que produzir e consumir é também se posicionar frente às crises climáticas, sociais e econômicas.

Outro pilar essencial é o respeito pelos diversos saberes. A agroecologia não se resume à técnica, mas dialoga com tradições, ciência, espiritualidade e práticas comunitárias. É nesse encontro de conhecimentos que o movimento se fortalece, construindo alternativas viáveis e sustentáveis para o presente e para o futuro.

É com esse espírito que a Rede Ecovida promoveu o 13º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia (EARE), nos dias 21,22 e 23 de novembro em Santa Rosa. O evento reuniu agricultores, técnicos, estudantes, consumidores e parceiros dos núcleos regionais, reafirmando a força coletiva de quem acredita em outro jeito de produzir e viver.

Mais do que um encontro, o 13º EARE foi um espaço de celebração, troca de experiências e construção política. Um espaço para fortalecer redes, ampliar diálogos e reafirmar que, através da agroecologia, seguimos cultivando vida, diversidade e esperança.

Ademir Amaral e Maurício Kasper
Rede Ecovida de Agroecologia

ORGANIZAÇÃO DO COLETIVO DE MULHERES DA CPT

Norma Knob e Maria Isabel dos Santos (Bebel)

O objetivo do coletivo de mulheres da Comissão Pastoral da Terra (CPT) é promover a autonomia e o protagonismo das mulheres do campo, lutando contra o machismo, a violência de gênero e buscando sua dignidade e voz nos espaços de decisão e de trabalho, fortalecendo a agroecologia e a sua participação efetiva na construção de uma sociedade mais justa. Eixos:

- Luta contra o machismo e a violência de gênero: combater o assédio moral e sexual, a misoginia e a violência política contra as mulheres.

- Protagonismo feminino: assegurar que as mulheres camponesas sejam protagonistas de suas próprias histórias, reivindicando sua visibilidade, dignidade e voz nos debates e na construção das políticas do campo.

- Empoderamento socioeconômico: promover a autonomia financeira das mulheres, apoiando a geração de renda e o fortalecimento de experiências agroecológicas que garantam a sustentabilidade e a independência.

UMA DAS CARACTERÍSTICAS É O AUTOCUIDADO

O autocuidado é um ato de vida, de rebeldia, de resistência, de coletividade e de continuidade do movimento social.

O autocuidado foi uma maneira de reconhecer que as mulheres têm o direito de expor suas necessidades e cuidar de si mesmas. Empoderar as mulheres, porque lhes dá acesso a informações que lhes permitem decidir o que é melhor para elas.

Da mesma maneira que a autotransformação e a transformação social, o autocuidado e o cuidado coletivo se nutrem mutuamente.

As mulheres da CPT atuam com foco no protagonismo feminino, na agroecologia, na resistência à violência e na busca pela emancipação. Elas participam de várias ações como Campanha das Sementes, Romaria da Terra, produção de alimentos saudáveis e atividades de formação e organização, buscando construir uma sociedade mais justa, coletiva e livre de exploração e violência.

Foto: CPT/RS



Memórias da luta que precisam ser lembradas!

Depoimento da agricultora e agente da Comissão Pastoral da Terra, Oldi Helena Jantsch, sobre a importância da organização e luta para conquista dos direitos e melhoria da vida na roça.



Em primeiro lugar, lutar é uma condição para viver. A vida é uma luta constante, sempre que posso incentivo os jovens, os pequenos agricultores e agricultoras a irem à luta. Não teve nenhuma conquista popular neste país e no mundo que não fosse com muita luta, com gente nas ruas protestando, com ocupações, com greve de fome e outras formas importantes de lutar.

Foi assim que as mulheres conquistaram o direito ao voto, que os trabalhadores e trabalhadoras conquistaram os sagrados direitos trabalhistas, volta e meia ameaçados, e também, foi assim que nós mulheres da roça conquistamos o direito a aposentadoria rural. Antes da Constituição de 1988 só os homens recebiam meio salário e as mulheres nada. Então, com muita luta organizada, mulheres e homens da roça tem o direito de se aposentar. Eles ao completar 60 anos e elas aos 55 anos.

Mas, eu queria fazer memória a uma luta em especial, que foi a luta para conquistar crédito para os pequenos. Lembro que em 1996 os agricultores enfrentavam uma forte seca e reclamavam que não tinham apoio dos governos, nem estadual menos ainda do governo Federal, na época o Fernando Henrique Cardoso - FHC. Então, começaram a se organizar, a ir para a rua, organizaram o grande acampamento da seca para mostrar que os pequenos não tinham apoio. Diante do não atendimento da pauta de reivindicação, o movimento dos pequenos agricultores e agricultoras organizaram uma greve de fome com 14 lideranças. A greve foi na sede do INCRA - Porto Alegre. Naquele período o Papa João Paulo II viria ao Brasil e daí a coordenação pensou em ver se conseguia uma audiência com o Papa que estava no Rio de Janeiro.

A situação era muito difícil, um dia liguei para Dom Sinésio, bispo da Diocese de Santa Cruz do Sul e pedi para interceder de alguma forma para ajudar o povo da roça. Dom Sinésio fez, acredito que ele deve ter ligado para o ministério ou no Palácio do Planalto, talvez tenha dito, o Papa vai vim e vai saber como o governo trata os pequenos. A greve se encerrou após 17 dias, com a conquista de crédito Pronaf, o "pronafinho". Vale a pena lutar! Foi neste tempo que criamos o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA.

Por fim, tenho muito orgulho destas histórias e de ter participado e ajudado na organização do povo. Como também na organização das Romarias da Terra e nos Encontros Diocesanos de Sementes Crioulas. É a luta das sementes crioulas.

Programação e Orientação

Estamos nos preparando para a 48ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul, a realizar-se no dia 17 de fevereiro de 2026, em Caaró, município de Caibaté, com a seguinte programação:

A partir das 7h - Acolhida dos Romeiros/as na entrada do Santuário de Caaró com café da manhã.

8h30 - Momento de abertura da Romaria.

9h - Caminhada pelo bosque do Santuário concluindo com a celebração eucarística.

12h - Momento da partilha dos alimentos, visita às tendas, tribuna popular com apresentações e pronunciamentos.

15h - Celebração de envio dos Romeiros/as.

1. Traga sua garrafa ou caneca, haverá água potável no local.
2. Traga seu alimento e sementes crioulas para partilhar.
3. Não esqueça das faixas, bandeiras, chimarrão, boné, chapéu, proteção para o sol e a chuva.
4. Programe-se para o encerramento às 15:30 horas, após a Celebração de envio dos Romeiros e Romeiras.
5. Planeje sua viagem com 1 hora de antecedência,
6. O trajeto até local de romaria é de asfalto e os ônibus vão ficar estacionados perto do Santuário.
7. Sugerimos que quem gostaria de visitar o Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo façam depois do encerramento com possibilidade de assistir o espetáculo de som e luz.

Oração da 48ª Romaria da Terra

Nós vos louvamos, Deus Pai, Nhanderú,
com todas as Vossas Criaturas.
Vos agradecemos porque criaste tudo muito bom e
perfeito!
Nesta Romaria da Terra, no chão sagrado do Caaró,
temos presente os 400 anos de evangelização
jesuítico guarani no Rio Grande do Sul.
Pedimos vosso perdão pelos
equívocos da religião junto aos povos nativos
naquele contexto histórico.
Pedimos perdão pelos nossos antepassados que
ocuparam este território expulsando os verdadeiros
donos da terra, muitas vezes com violência.
Ó Deus dos pobres, Nhanderú dos Guarani,
tem compaixão dos povos indígenas
que há quatro séculos sofrem exclusão, discriminação e
desterro na sua própria terra.
A exemplo do Bom Samaritano, ajudai-nos a resgatar os
direitos destes povos,
e das pessoas que se encontram caídas, discriminadas,
abandonadas.

Que nosso compromisso com a reforma agrária
e pela demarcação das terras indígenas seja cada vez
mais concreto.

Tocai o nosso coração para uma conversão integral
que reconhece os direitos da natureza, respeita e cuida de
toda a Criação.

Inspirai-nos a sermos guardiões e guardiãs
da Mãe Terra, Pachamama indígena, na busca da terra
sem maus,
garantindo às futuras gerações um planeta habitável e
saudável

Com as bênçãos de Nosso Senhor Jesus Cristo
que caminha sempre conosco!

Pela intercessão de Nossa Senhora Conquistadora,
dos Santos Mártires das Missões e do servo
de Deus Sepé Tiarajú, fortaleci nossas famílias, nossas
comunidades

e nossas lutas em defesa da vida e da justiça
socioambiental!

Amém!

EXPEDIENTE: 48ª Romaria da Terra

Promoção: CNBB Sul 3, Diocese de Santo Ângelo e CPT/RS.

Diagramação: Luiz Antônio Pasinato - **Impressão:** Gráfica Batistel

Exemplares: 3 mil - **Data:** janeiro de 2026,

E-mail: cptdors@gmail.com - **Facebook - Instagram:** Romaria da Terra RS,
@santuário.caaro, @paroquia.caaro, @dioceseangelopolitana

Entidades parceiras: Adveniat, MZF, CIMI, Cáritas, FASA, Prefeitura Caibaté,
AMM - Associação dos Municípios das Missões

Contribua com a Romaria da Terra

Conta: Comissão Pastoral da Terra
Pix: CNPJ 02375913001602

